



RELATÓRIO

JANEIRO 2023

ASSEMBLEIA CIDADÃ

COMO GARANTIR O IMPERATIVO DA HOSPITALIDADE NA IGUALDADE?

Uma iniciativa do Forum Demos e da C.M. de Valongo





Cartaz da Assembleia Cidadã 2022

Índice

Assembleia Cidadã: Conclusões e Recomendações	3
Sete pontos para o futuro	4
Conclusões e Recomendações por Grupo de Trabalho	7
Imigrantes e Refugiados.....	8
Comunidades Ciganas	11
Afrodescendentes	14
Lista de cidadãos participantes da Assembleia Cidadã	17
Imigrantes e Refugiados.....	17
Comunidades Ciganas	17
Afrodescendentes	17

Assembleia Cidadã: Conclusões e Recomendações

O Forum Demos e o Município de Valongo, em colaboração com as Alternativas Europeias, organizaram uma Assembleia Cidadã, entre os dias 22 e 23 de abril, no Fórum Cultural de Ermesinde. Esta assembleia contou com a participação de 20 associações não governamentais portuguesas e ativistas da sociedade civil. A iniciativa integrou-se no quadro do Festival TRANSEUROPA 2022 – uma iniciativa das Alternativas Europeias –, que teve lugar no Porto e em Valongo, entre os dias 20 e 25 de abril. Nesta assembleia, procuramos explorar as questões da diversidade, da hospitalidade, da equidade e dos direitos fundamentais em Portugal e na União Europeia.

A Assembleia Cidadã foi uma iniciativa de envolvimento e comunicação que procurava partir das associações e ativistas que trabalham no âmbito dos direitos de pessoas e comunidades socialmente discriminadas e minorias portuguesas, e visava endereçar a questão da garantia dos direitos em três níveis: local, nacional e europeu.

Partindo do contexto particular português, espelho dos muitos contextos sociais e culturais europeus, a assembleia reuniu pessoas que trabalhassem e/ou pertencessem a três grandes comunidades socialmente discriminadas em Portugal, nomeadamente, as comunidades afrodescendentes, as comunidades ciganas e as comunidades imigrantes e refugiadas.

Para cumprir este objetivo, foram criados três grupos de trabalho, entre os dias 22 e 23 de abril, constituído, cada um, por cidadãos que integram essas mesmas comunidades ou por cidadãos que trabalham diretamente com as questões relativas às três diferentes comunidades, respetivamente. No dia 23 de abril, estes grupos juntaram-se numa sessão plenária para a apresentação da discussão e sugestões dos grupos.

Entre estes participantes, encontravam-se representadas 20 ONGs portuguesas, nomeadamente, a ACMET, ADEIMA, Associação de Estudantes Africanos em Vila Real, Associação para a Integração, Centro Social de Soutelo, CIVITAS Braga, Costume Colossal, Cruz Vermelha Portuguesa – Gondomar/Valongo, DJASS, Fórum Refúgio, KALINA, LAR, Mén-non, Moinho da Juventude, Movimento Mulheres Brasileiras, NEA, Ribalta Ambição, SOS Racismo, TANE-TIMOR e UNA – União Negra das Artes.

Importante para a seleção dos participantes foi a adoção de uma metodologia, criada de raiz por alguns dos futuros participantes da Assembleia, que pretendia garantir a paridade de género, escolaridade, região, classe e idade, conscientes das desigualdades cumulativas e interseccionais que pautam as discussões sobre a raça e a discriminação social.

A Assembleia inscreveu-se no projeto Assembleias de Solidariedade, criado pela coligação Citizens Take Over Europe, baseando-se numa nova forma de fazer política que procura envolver horizontalmente os cidadãos, criando plataformas baseadas numa participação direta na elaboração de políticas públicas.

Baseou-se, portanto, nos princípios da democracia participativa e tinha por objetivo não só a mera auscultação, mas a elaboração de propostas sobre as políticas públicas nacionais e europeias. Uma das questões fundamentais pensadas e levantadas durante a Assembleia era, precisamente, que os discursos e políticas públicas sobre os direitos de minorias e comunidades socialmente discriminadas e sobre a diversidade cultural que deve pautar as sociedades europeias, fosse construída a partir das pessoas que constituem essa diversidade e que são marginalizadas, historicamente, dos corpos públicos na tomada de decisões.

Essencial para a assembleia era a desconstrução das narrativas luso tropicalistas portuguesas, e construir as bases para projetos transversais de boas práticas no tratamento da diferença e na proteção dos direitos humanos. No que diz respeito à dimensão europeia, uma das questões levantadas é que, apesar de existir enquadramento institucional que garante um carácter judicial aos direitos mapeados na Carta dos Direitos Humanos da eu, este é muito menos vinculativo do que seria desejável em termos de eficácia.

A Assembleia enquadrava-se, ainda, no debate lançado pela Conferência sobre o Futuro da Europa, inscrevendo-se no tópico “Valores e direitos, Estado de direito, segurança”, mas não se esgotando neste. A assembleia pretendeu, assim, partir das experiências locais e nacionais para um projeto que pudesse demarcar o futuro da Europa enquanto sociedade do futuro, caracterizada pela diversidade, a garantia da igualdade de direitos e acesso aos mesmos, tendo em particular atenção as comunidades socialmente discriminadas e as minorias e a inclusão destas não só em processos de auscultação, mas de tomada de decisão. Pretendeu-se, assim, perceber o que é que a UE deve fazer para proteger estes direitos e como pode inscrever as experiências locais numa política europeia.

Esta assembleia, de 42 pessoas, teve continuidade online durante os meses que se seguiram à Assembleia física e encontra-se, de momento, em posição de apresentar o presente relatório com as conclusões e recomendações específicas a cada grupo e gerais na defesa e garantia de direitos.

O presente Relatório da Assembleia Cidadã compila as conclusões acerca dos problemas sociais identificados e as recomendações dos três grupos de trabalho, que procuram responder a esses problemas. As mesmas foram elaboradas pelos relatores indicados por cada grupo (Alexander Kweh, Susana Silveira, Safira Nancy e Lissa Bulu) em articulação com os respetivos facilitadores (Inês Granja, Joana Cabral e Vitor Barros). A síntese das conclusões e recomendações deste relatório foi elaborada por Jéssica Moreira.

O trabalho dos três grupos contribui para a fundação de um processo de reparação e da construção de uma sociedade inclusiva, aberta e antirracista e, deste modo, para uma construção de uma sociedade multicultural protetora dos direitos fundamentais, guiada pelo imperativo da hospitalidade.

Sete pontos para o futuro

As conclusões e as recomendações resultantes do trabalho desenvolvido por cada grupo, são o núcleo da intervenção desta iniciativa e podem ser pensadas como

integrativas e integradas entre si; pelo que passam a sumariar-se em sete pontos fundamentais, concordados em reuniões póstumas à Assembleia de abril:

1. Redefinir a educação, as narrativas nacionais e as políticas educativas. Partindo da crença na educação enquanto estrutura fundamental para a redefinição das narrativas, do empoderamento das pessoas e do desenvolvimento das sociedades, esta deve ser pedra basilar na construção de uma verdadeira representatividade das comunidades afrodescendentes, ciganas e dos imigrantes e refugiados, que parta das causas de origem das formas de discriminação sociais e institucionais e redefina ao papel das comunidades nos corpos de tomada de decisão. É necessário, neste âmbito, incluir as pessoas racializadas na construção de políticas educativas, na construção de manuais e nos corpos de ensino em Portugal e popularizar a educação não eurocêntrica, anticolonial e antirracista nas escolas e no espaço público. É ainda uma revisão estrutural dos manuais escolares - uma revisão que procure não a negação dos programas vigentes e da História, mas que introduza novos pontos de vista e estabeleça uma relação de diálogo e reparação, envolvendo e protagonizando todos/as os/as herdeiros/as desta História e desta cultura.
2. Descolonizar as instituições a partir da representação que deve também ela própria ser institucional, para além de diversificada. É, portanto, necessária a integração e a representatividade das comunidades nos corpos de tomada de decisão pública - ora locais, ora nacionais, ora europeus. Esta representatividade deve, num primeiro momento, ser garantida através de cotas, que visam nivelar as desigualdades que se verificam à partida. Apesar de as cotas poderem pecar por forçar uma integração que pode não ser verdadeiramente garantida, um maior e melhor apoio na preparação para as profissões poderia mitigar este efeito - uma vez que as pessoas das comunidades, quando em posições de acesso à profissão, veem-se usualmente obrigadas, quando possível, a ocultar a sua identidade étnico-racial. Nestas condições de nivelamento, a integração de pessoas racializadas e em posições desprivilegiadas em corpos de tomada de decisão públicos, diversificaria o aspecto monocromático das instituições e fomentaria o “sentimento de pertença” nas comunidades e na população em geral, reconstruindo narrativas a partir de um lugar de fala e de pertença de uma mancha populacional que faz e sempre fez parte da história e do tecido nacional.
3. Generalizar o combate da desigualdade, flexibilizar os níveis locais, nacionais e supranacionais (entre os quais o europeu). Como parte deste objetivo torna-se necessário reestruturar e reformular a recolha de dados, como os censos, que promovem - e muitas vezes mascaram - as desigualdades estruturais. De facto, precisamos de uma recolha de dados étnica e racial, que não invisibilize as pessoas pertencentes às diferentes comunidades e grupos discriminados, que permita a implementação de cotas e que tenha políticas de proteção de dados conscientes e que proteja as comunidades de possíveis perseguições e represálias - políticas e outras.
4. Desenhar e reformar projetos de integração, que se devem basear no princípio da diferença. Estes projetos devem ser sustentados na dotação de autonomia às pessoas das comunidades, nomeadamente através de programas de ensino da língua portuguesa a recém-chegado e através do estreitamento das relações entre as comunidades e os órgãos sociais e de poder. Os projetos de intervenção

partem de diagnósticos enviesados e em função de quantidade ao invés de qualidade. Neste aspecto, é necessário instituir e padronizar critérios de qualidade e desierarquizar as relações tradicionais entre supostos “doadores” e “receptores”.

A um nível local, é necessário o aprimoramento da figura do mediador intercultural, que deve servir de voz neutra (mas não neutralizada) das comunidades racializadas, e cujas funções devem ser independentes e estendidas dentro dos órgãos municipais - nomeadamente dentro das câmaras e das escolas. Estes mediadores devem servir como pontos de comunicação e facilitação e não como substitutos de uma representação dos corpos sociais a todos os níveis.

5. Combater a segregação espacial, representada pelos bairros sociais e pelo tecido empobrecido dos subúrbios das grandes cidades (de especial relevância na cidade de Lisboa) que é composto, maioritariamente, por pessoas das comunidades afrodescendentes, ciganas e por imigrantes e refugiados. Para tal, é necessário romper com ciclos de pobreza e de exclusão estrutural que pautam a vida das pessoas das comunidades e refazer a malha urbana.
6. Endereçar abertamente a violência policial sofrida pelas pessoas das comunidades racializadas e que constitui uma prática recorrente e que destrói a integridade física e moral das suas vítimas. Esta violência deve ser reconhecida como espacialmente delimitada e de fundo económico e racial.
7. Desracializar a saúde pública, reconhecendo a posição de acrescida vulnerabilidade das mulheres negras e ciganas. Para isso, é preciso rever as próprias relações entre médicos e pacientes, de fundo culturalista.

Jéssica Moreira (Forum Demos)

Conclusões e Recomendações por Grupo de Trabalho

Imigrantes e Refugiados

A partir da década de 80, Portugal passou a ser, predominantemente, um país de imigração. De acordo com dados do INE, publicado em 2022, um pouco mais de 12% dos residentes em Portugal, entre os 16 e os 74 anos, são imigrantes de primeira geração ou descendente de imigrantes, sendo a língua portuguesa a mais falada por estes. E, segundo o Observatório das Migrações, a origem nacional das pessoas imigrantes é sobretudo, por ordem de relevância numérica, Brasil, Cabo Verde, Roménia, Ucrânia, Reino Unido, China, França, Itália, Angola e Guiné-Bissau. As implicações sociais são diversas, designadamente demográficas, económicas e culturais.

A discussão que decorreu ao longo dos dois dias da Assembleia Cidadã espelhou estas múltiplas questões. Evidenciou, sobretudo, a condição cada vez menos monocultural potenciada pelos crescentes fluxos migratórios, e os desafios a ela associados. As necessidades identificadas pelos participantes tocaram, entre outros assuntos: o ensino da língua portuguesa no processo de integração, a formação para a comunicação intercultural, as narrativas históricas e a linguagem empregue pelos media e pelos políticos e a mediação cultural. Os participantes revelaram ainda preocupações no plano das políticas de educação para a diversidade no ensino público e das políticas de sensibilização dos imigrantes no acesso à saúde. Nas discussões do grupo de trabalho, destacam-se como preocupações maiores, e porventura mais consensuais, as que se referem à perspetiva crítica no ensino de temas como o colonialismo e a importância da sensibilização da sociedade para a proteção da diversidade cultural. Por seu lado, entre os aspetos menos consensuais, identifica-se a gestão das narrativas históricas, na relação que estas mantêm com o património cultural presente no espaço público.

Veja-se, de seguida, o conjunto de conclusões e recomendações deste grupo de trabalho:

1_Conclusão: Falta de um programa de integração com escala nacional. Apesar de existirem medidas de nível local não se verifica o mesmo ao nível nacional. O mesmo ocorre com o ensino da língua portuguesa a migrantes e refugiados, que ao longo do território se apresenta muito diverso, em função da maior ou menor iniciativa das autarquias e do voluntarismo dos cidadãos e das organizações da sociedade civil. O ensino da língua acelera a autonomia dos cidadãos e aproxima reciprocamente estes e a sociedade de acolhimento.

Recomendação: Criar um programa nacional de integração com metas de longo prazo, que priorize o ensino da língua portuguesa, pelas escolas públicas em cooperação com outras entidades, como via para estimular a autonomia, a inclusão e a cooperação entre os beneficiários e a sociedade de acolhimento.

2_ Conclusão: Deficiente reconhecimento de habilitações académicas de todos os que pretendem continuar a estudar e trabalhar. O processo é moroso, com custos elevados, e muitas vezes com resultados negativos. Frequentemente, os migrantes são dissuadidos pela ineficácia do processo.

Recomendação: Simplificar e alargar o reconhecimento das habilitações académicas dos migrantes.

3_ Conclusão: Insuficiente sensibilidade para a diversidade cultural por parte dos diferentes setores sociais - diferentes áreas do setor público (escolas, hospitais, tribunais), media, partidos políticos, organizações da sociedade civil.

Recomendação: Implementar políticas socioeducativas que acompanhem os desafios postos pela diversidade cultural à sociedade contemporânea dirigidas a diferentes esferas da sociedade de acolhimento, assim como promover a formação da Administração Pública, tribunais, meios de comunicação em questões como a prevenção do discurso de ódio, da violência policial, e de outras formas de violência e discriminação, interseccionalidade, comunicação intercultural e justiça inclusiva.

4_ Conclusão: Persistência de narrativas de conhecimento histórico e cultural marcadas pela perspetiva colonizadora.

Recomendação: Desenvolver uma reflexão informada e alargada na sociedade civil sobre o período colonial, do prisma da descolonização e orientada pelos direitos humanos (refletir sobre os factos e significado da História, assim como sobre as marcas simbólicas que partilhamos e que têm construído a nossa identidade cultural nacional, a presença de novos símbolos orientados pelos princípios contemporâneos dos direitos humanos e também, entre outras questões, a inventariação e a devolução de obras de arte originais das ex-colónias e a reparação histórica.

5_ Conclusão: Reduzido acesso aos direitos políticos por não nacionais e nacionais com origem migrante e reduzido interesse e envolvimento das populações migrantes em Portugal no exercício de direitos políticos ao nível local e nacional. Reduzida participação na vida partidária. Persistência do associativismo enquanto forma de intervenção na vida pública.

Recomendação: Flexibilizar e alargar os critérios de acesso aos direitos e exercício dos direitos políticos e introduzir no debate público a importância da participação eleitoral das comunidades migrantes em Portugal, assim como da sua representatividade nos órgãos políticos locais e nacionais.

6_ Conclusão: Reduzida eficácia dos organismos públicos destinados a informar migrantes sobre os seus direitos e dos que são responsáveis por diligenciar no âmbito da documentação e acolhimento de migrantes.

Recomendação: Melhorar o funcionamento dos organismos públicos destinados à legalização da permanência de estrangeiros e a cuidar do seu acolhimento e aumentar a articulação entre os diferentes níveis (local e nacional) e setores (público e privado).

7_ Conclusão: Reduzido número de mediadores culturais face às necessidades e insuficiente formação dos mesmos

Recomendação: Aumentar o número de mediadores culturais e desenvolver uma formação especializada, a pensar na criação de uma relação e diálogo com pessoas com características e necessidades muito diversas.

8_ Conclusão: Dificuldades no ingresso e manutenção no mercado de trabalho.

Recomendação: Desenvolver no IIEFP uma formação para migrantes e refugiados destinada a preparar o ingresso no mercado de trabalho, apreender noções básicas relativas aos momentos de entrevista e realizar o seu CV. Ao mesmo tempo, no mesmo meio, desenvolver uma formação para entidades empregadoras destinada a promover competências interculturais (comunicação, empatia, línguas...).

9_ Conclusão: Morosidade e ineficiência dos processos associados à legalização dos migrantes.

Recomendação: Desburocratizar o processo de legalização dos migrantes e encurtar o tempo de conclusão do processo de naturalização.

10_ Conclusão: Persistência de trabalho forçado e escravo, especialmente no interior do país.

Recomendação: Fiscalizar as empresas, inclusivamente as empresas de recrutamento.

11_ Conclusão: Inexistência de sites oficiais do Estado noutras línguas para além do português, o que frequentemente dificulta uma gestão autónoma.

Recomendação: Traduzir os sites oficiais do Estado Português em português, inglês e francês.

Comunidades Ciganas

1. Sobre as Políticas e projetos de integração

É fundamental ultrapassar as políticas de integração e assimilativas que pregam uma igualdade homogeneizante, para construir políticas inclusivas que destacam os princípios da equidade e valorizam, cultivam e celebram a diversidade, em vez de a dissolver. Fala-se às vezes de uma igualdade universalista “como se a diversidade fosse má e a igualdade fosse boa”.

Embora não possa generalizar-se, muitos projetos partem de uma posição de supremacia e paternalismo, não envolvem as pessoas das comunidades e são pensados “de para”, não “com”. Alguns projetos tornam-se inconsequentes porque partem de um diagnóstico falso ou enviesado e não chegam aos problemas reais, são de duração demasiado curta e não são implementados por pessoas sem formação, com sensibilidade e legitimidade para atuar junto das comunidades. Muitas vezes pecam por prescrever soluções iguais para comunidades muito diferentes e não respeitam as efetivas necessidades e identidades. Os instrumentos de avaliação e recolha de dados são muitas vezes ofensivos e desajustados porque partem dos critérios maioritários que não se aplicam à vida e aos costumes das comunidades (ex., É Casado/a? Trabalha?).

A maioria do financiamento é atribuído com base em critérios de quantidade de beneficiários e não da qualidade das medidas. Muitos projetos conseguem ser sistematicamente financiados por contabilizar muitos utentes/beneficiários, independente do trabalho efetivo que fazem e da qualidade deste. Muitas associações e organizações recrutam pessoas para formação financiada para a educação de adultos, mas não se responsabilizam por efetivamente formar e promover competências. Muitas pessoas vêem graus atribuídos sem a oportunidade de aprender a ler e escrever.

Recomendações: (1) o trabalho com as comunidades deve ser continuado e desempenhado por pessoas das comunidades e com estas; (2) os projetos devem ser avaliados pelas pessoas das comunidades e devem ser devidamente acompanhados e fiscalizados.

2. Representação e participação

Há uma enorme falta de oportunidades de representação e participação por se presumir que as pessoas ciganas não estão capacitadas para se representarem. Valoriza-se a formação académica em detrimento do conhecimento e legitimidade cultural e de envolvimento das pessoas da própria etnia. Estas políticas de segregação da participação retiram lugar de fala e protagonismo, desperdiçando oportunidades para a inclusão e para tornar as narrativas plurais. Desta forma servem também para manter o *status quo* e proteger os lugares de privilégio e poder. O facto de, com frequência, pessoas da sociedade maioritária ocuparem estas posições permite captar financiamento e gerar

emprego para elas próprias, instrumentalizando a promoção dos direitos humanos e da integração, sem que isso favoreça as comunidades.

Embora as comunidades valorizem o papel dos aliados, muitos - e com frequência - trabalham para as comunidades, mas não as defendem, às suas necessidades, direitos e reivindicações de forma pública e junto das instâncias do poder político.

Recomendação: garantia de representatividade, através de quotas e criação de directrizes para o trabalho com comunidades racializadas e minoritárias, que permitem avaliar os projectos e monitorizar a sua implementação e avaliar os impactos efetivos.

3. Sobre o preconceito e discriminação

As pessoas são sistematicamente vítimas de ofensas ou tratamento desqualificante e desigual, com base em generalizações sobre as ocupações (“não trabalham”, só sabem “vender na feira”), as suas configurações familiares (“deves ter muitos irmãos...”), onde vivem e com quem vivem. A discriminação e o preconceito são sentidos de forma transversal na saúde, por via dos técnicos de serviço social, e nas escolas, o que afasta as pessoas destes serviços, resultando em menos saúde e menos esperança de vida (cerca de menos 15 anos que a população maioritária), menos emprego, menos educação.

O preconceito e a discriminação está demasiadas vezes nas escolas e nos locais de trabalho, numa parte dos técnicos, que são a interface para a proteção social ou em projetos e programas de intervenção. As crianças são, muitas vezes, discriminadas na sala de aula por professores. Para procurar trabalho é necessário ocultar a identidade e enfrentar em silêncio as ofensas à comunidade e identidade. Se a identidade é assumida a discriminação manifesta-se de forma ostensiva com escusas baseadas no discurso da exceção (“mas tu não pareces cigana”).

Os media contribuem para promover imaginários sobre a criminalidade das comunidades ciganas. Não protegem a imagem da cultura e pelo contrário procuram as imagens alusivas à etnia e que veiculam os preconceitos e estereótipos.

Recomendação sobre a educação sobre a diversidade cultural e combate ao preconceito étnico e anti-cigano: (1) Há que investir na Promoção do conhecimento sobre a cultura e história cigana nas escolas e formação para técnicos e professores. A formação deve ser ministrada por pessoas das comunidades e os manuais e programas educativos devem incluir estes conteúdos e eliminar imaginários e linguagens etnicistas. (2) É fundamental investir na formação de públicos estratégicos, no ensino superior, para magistrados, juristas, técnicos do serviço social, professores, médicos, profissionais da comunicação, com inclusão de cadeiras sobre a diversidade cultural e história e cultura ciganas.

4. Políticas de habitação

A dificuldade no mercado do aluguer é já conhecida dentro das comunidades. O processo para a obtenção de habitação social é burocrático e incoerente. É fundamental contrariar a guetização e a sobrelotação e inserir na malha urbana. Não presumir a intenção de manter a comunidade alargada toda junta. As pessoas preferem estar integradas na malha urbana. A intenção é apenas a de manter a proximidade com a família direta.

Recomendação: a inserção na malha urbana tem a vantagem de promover a inclusão, facilitar a relação e o acesso à escola e ao emprego. É necessário preparar as

peçoas para uma transição para a vida urbana e em prédios. Estas medidas são cruciais para desmontar o ciclo de pobreza – guetização, absentismo escolar, obstáculos no acesso ao emprego.

5. Sistema de justiça

A aplicação da lei é parcial, baseada em preconceitos que levam as pessoas a ser condenadas pela sua etnia. O assédio policial e uso excessivo da força policial são problemas graves. O acesso à justiça e à proteção judicial é negado, as pessoas são dissuadidas de apresentar as suas queixas e não são devidamente protegidas enquanto vítimas. A lei, por exemplo, sobre os crimes de ódio e ofensas raciais não é aplicada.

Recomendação: Criação de um secretariado cigano. Pensar as estratégias e políticas para a integração das comunidades ciganas, implicaria um secretariado cigano, em detrimento de incluir as políticas de integração das comunidades numa estrutura que se ocupa das migrações e que, portanto, trata as comunidades como se fossem estrangeiras e migrantes no seu próprio país.

6. Censos e quotas?

É importante recolher os dados para que se faça um efetivo diagnóstico sobre as condições de vida e sobre a desigualdade e racismo estrutural que afetam as comunidades ciganas e outras racializadas.

Recomendação: É preciso controlar quem recolhe (pessoas das comunidades) como recolhe, quem armazena (as associações locais) e quem tem acesso. O acesso deve ser sempre justificado e os dados só devem ser fornecidos depois de serem tornados anónimos.

Afrodescendentes

Nos dias 22 e 23 de abril de 2022, no contexto do festival Alternativas Europeias, organizado em Valongo – Ermesinde, teve lugar uma reunião onde diferentes grupos participaram com discussões de temas diversos, sobretudo relacionados com questões de discriminação, racismo quotidiano, violência policial, o racismo no trabalho, saúde entre outros.

O grupo discutiu temas relacionados com os afrodescendentes, abordando vários assuntos, nomeadamente: a questão do racismo quotidiano generalizado, do racismo estrutural (patente nas instituições oficiais) e concluiu para a necessidade de se promover uma educação antirracista a diferentes níveis e em todos os setores.

Constatou-se, por exemplo, que:

Os manuais, livros e programas escolares (essencialmente o ensino da história) não combate o racismo e não promove uma educação antirracista. Racismo, colonialismo e herança colonial estão ligados.

Quem é que define as políticas educativas? Constatou-se que há falta de representatividade de pessoas que sofre de racismo na conceção de manuais e de programas escolares, de políticas educativas e de mediação nas escolas.

A falta de educação antirracista tem impacto nas relações laborais e no mercado de trabalho e no emprego e é essa uma das razões fundamentais da racialização dos papéis sociais (trabalhos menos qualificados para os “racializados” e trabalhos qualificados para os “racializados como brancos”).

O racismo estrutural: está visível no pouco acesso dos afrodescendentes ao ensino superior. Estes são por regra encaminhados imediatamente para ensino profissionalizante, o que limita as suas margens de manobra de ascensão social, de obter postos mais qualificados de emprego e de romper com ciclos de pobreza e desigualdade estrutural.

Constatou a existência de violência obstétrica contra as mulheres afrodescendentes que se queixam de tratamento discriminatório por parte dos hospitais. Considerando o papel histórico que a medicina desempenhou na redução das pessoas melanodérmicas à biologia, usadas como cobaias da medicina colonial, sobretudo no campo da ginecologia. Ainda no que concerne a este tópico, apesar da enorme pressão social, encontra-se naturalizado na sociedade a ideia de que os/as afrodescendentes não têm problemas de saúde mental, pois o racismo cultural procura a etiologia saúde mental desse grupo social na suposta debilidade psíquica do “negro”.

O segundo maior tópico discutido foi a questão da habitação. Sobre isso é constatação que os/as afrodescendentes e migrantes estão em bairros segregados, com poucas condições de habitabilidade; e onde o abuso da força da violência policial é flagrante, práticas que configuram a existência de estado de exceção (suspensão de direitos), sobretudo nos territórios que a Política Criminal classifica de Zonas urbanas Sensíveis (ZUS). Neste sentido, achou-se pertinente considerar a necessidade de promover o acesso à habitação, políticas habitacionais mais justas e terminar com a segregação espacial através de acesso a casas e novas políticas de reabilitação dos bairros. De forma específica, entendeu-se que deve haver recomendações concretas sobre a luta dos moradores da Cova da Moura pelo direito ao lugar, tendo em conta a sua coesão de comunidade, historicidade, ou seja, existe uma comunidade bem enraizada e por essa razão defende-se a urgência que seja resolvida a questão fundiária.

Outro assunto discutido foi a questão do abuso da força e da violência praticada pela Instituição Policial. A violência policial sobre os afrodescendentes e minorias racializadas é maior do que no resto da população, configurando práticas sistematizadas de violência física e psíquica; existência de perfil racial e criminal dos jovens negros/africanos/afrodescendentes que faz com que três jovens deste grupo social são classificados como potencialmente perigosos, chamados eufemisticamente de “gangues”, sendo parados e revistados em público, o que demonstra a existência de racismo institucionalizado no corpo da polícia. Esta violência não está desligada da discriminação, do racismo estrutural e da percepção que a sociedade portuguesa tem sobre pessoas de outras origens. Em suma, essas pessoas estão completamente removidas do imaginário social visto que a narrativa oficial continua a pregar uma visão deturpada da história que continua a ser alicerçada sobre o fundamentalismo identitário surgido a partir da modernidade europeia.

Da discussão entendeu-se sugerir as seguintes recomendações:

Promover a educação antirracista em todos os setores: na escola (reformando os programas escolares, o ensino da história e perceber como os legados do colonialismo ainda hoje moldam as estruturas de pensamento sobre o racismo contemporâneo); nos meios de comunicação social (com publicidades, anúncios educativos e exemplos de comportamentos antirracistas, ter representatividade de afrodescendentes nos meios de comunicação social em papéis centrais e de visibilidade).

Para combater o racismo estrutural é preciso criar políticas de representatividade efetiva: obrigatório ter em todas as instituições públicas representantes das minorias racializadas e discriminadas; que afrodescendentes e representantes de outras minorias participem na conceção de programas educativos e na definição das políticas públicas com vista a descolonizar o conhecimento e os saberes. Que os grupos e setores de decisão tenham representatividade desses grupos subalternizados e discriminados; promover o acesso ao ensino superior.

Promover políticas que terminem com a segregação espacial e facilitem o acesso justo à habitação.

Entendemos ainda que a Comissão Para Igualdade e Contra Discriminação Racial, órgão especializado no combate à discriminação racial deve ser independente, isto é, a sua tutela deve ser entregue à sociedade civil em vez do Conselho de Ministros.

Entendemos ainda que deve existir uma política de regularização de todos os imigrantes e atribuição de direito a voto nas eleições legislativas.

Considerando o impacto que o racismo tem na vida social, afetiva e psíquica torna-se urgente criar políticas de promoção de bem-estar e saúde mental.

Considerando a construção do bairro Cova da Moura como património histórico coletivo, é necessário promover uma articulação entre o poder central, local e os habitantes com o objetivo de resolver a questão fundiária, ou seja, a questão dos terrenos que tem estado ausente da discussão nas últimas décadas.

Tendo em conta que a maioria da população carcerária em Portugal são pessoas racializadas, minorias e pobres, torna-se necessário criar uma comissão independente para investigar a tortura, os abusos, a sobrelotação e as mortes que têm ocorrido aos longo dos anos nas prisões.

Lista de cidadãos participantes da Assembleia Cidadã

Imigrantes e Refugiados

Afolabi Aderemi Paul, Aldair Anhaia, Alexander Kpatue Kweh, Alina Dudco, Allan Barbosa, Alvaro Oleart, Cláudia Coelho, Cristina Bighettti, Daniel Braga, Gustavo Behr, Inês Granja, José Faria, Mubarak Hussein, Teresa Amorim

Comunidades Ciganas

Bruno Oliveira, Guiomar Sousa, Joana Cabral, Sónia Prudêncio, Susana Silveira, Tânia Rute Oliveira

Afrodescendentes

Analissa Vicente, Aurora Almada e Santos, Carmen Gonçalves, Domingos Alberto, Dulce Gomes, Euclides Graça das Neves, Eunice Vaz, Flávio Zenun Almada, Igor Castro, João Figueiredo, Joice Contente, Olávio Silva, Rafaela Contente, Saphira Nancy, Víctor Barros